

## Educação do Campo: práticas educativas na Educação Básica

Caderno Temático do II SIEC

# A NEGAÇÃO DO DIREITO A EDUCAÇÃO EVIDENCIADA PELA PRECARIEDADE DAS ESCOLAS NAS COMUNIDADES ASSENTADAS DO CARIRI CEARENSE

Eloisa Rodrigues Pássaro<sup>1</sup>  
Ronald de Figueiredo e Albuquerque<sup>2</sup>  
Jaciane Rodrigues Pássaro<sup>3</sup>

### RESUMO

Esse trabalho traz um levantamento de dados a respeito das escolas de educação básica regular, que atendem os assentados da região do Cariri Cearense e faz uma reflexão sobre as articulações existentes entre os princípios pedagógicos da educação do campo já acumulados e as atuais práticas realizadas nestas escolas. A partir da coleta de dados primários e secundários, diagnosticamos e analisamos a estrutura das escolas ofertadas para a população assentada. Para isso se fez necessário entender o universo de assentamentos do Cariri e como este se liga ao foco de nossa investigação. A reflexão busca apontar os principais desafios e as perspectivas para as escolas que atendem os assentados hoje.

Palavras Chave: Assentamento rural, educação; Cariri Cearense

<sup>1</sup> Professora da LEDOC da Universidade Regional do Cariri (eloisa@luario.com).

<sup>2</sup> Professor da LEDOC da Universidade Regional do Cariri (ronaldalbuquerque@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Educanda de Letras e estagiária da LEDOC da Universidade Regional do Cariri (petit@luario.com).

## ABSTRACT

This paper presents a survey of data on the regular basic education schools that serve the settlers of Ceará Cariri region and reflects on the existing links between the pedagogical principles of the education field already accumulated and current practices carried out in these schools. From the collection of primary and secondary data, diagnose and analyze the structure of schools offered to settlers. For this it was necessary to understand the universe of Cariri settlements and how it connects to the focus of our investigation. Reflection seeks to identify the main challenges and prospects for the schools serving the settlers today.

Keywords: rural settlement, education; Cariri Cearense

## O RURAL DO CARIRI

A região do Cariri<sup>4</sup> compreende uma extensão 16.350,40 km<sup>2</sup> localizada na região sul do Estado do Ceará. Trata-se de uma região marginal ao semiárido, que apresenta em pontos diferentes de sua jurisdição abundância de recursos minerais e hídricos, fauna e flora diversificada. Desde o início de sua ocupação e exploração, as potencialidades do Cariri foram percebidas, e logo a região configurou-se como um espaço economicamente diverso dos demais espaços do território<sup>5</sup> cearense. Com bom perfil para atividades agrícolas e pecuárias.

Contudo os territórios rurais que eram essencialmente agrícolas, hoje vivenciam um intenso processo de esvaziamento, por conta das migrações para a zona urbana em busca de melhores condições de vida, ou pelas migrações temporárias rumo ao centro de agronegócios e /ou indústrias que subcontratam os agricultores de acordo com suas necessidades sazonais. A parte da população que resiste a essa migração, e permanece no campo, passa por sérias dificuldades por falta de investimentos em saúde, educação, saneamento, etc.

Desde a segunda metade do século passado houve vários movimentos de organização dos camponeses do Cariri, que se materializaram na fundação de vários sindicatos dos

---

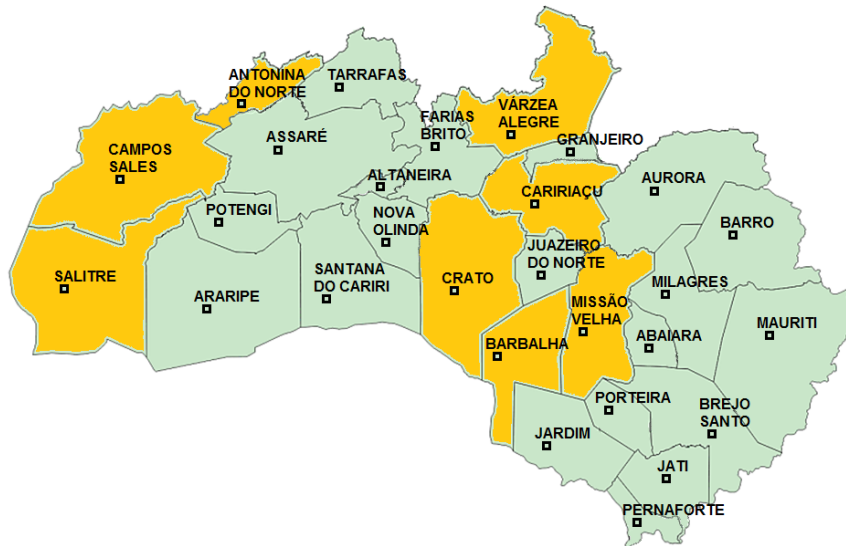
<sup>4</sup> O Cariri Cearense abrange 28 (vinte e oito) municípios, divididos em três microterritórios: Cariri Central - Abaiara, Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Grangeiro, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha e Várzea Alegre; Cariri Leste - Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras; Cariri Oeste - Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas

<sup>5</sup> O território não se restringe somente às fronteiras cartográficas, sendo caracterizado pela ideia de posse e ou pertencimento, domínio e poder, correspondendo ao espaço geográfico socializado, apropriado para os seus habitantes, independentemente da extensão territorial.

trabalhadores rurais, na luta e conquista de alguns territórios. Contudo, há um grau de dificuldade significativo para encontrar textos que tratem dessa temática. Bem como há escassez de publicações oficiais e atualizadas que tratem dos assentamentos e acampamentos rurais na região do Cariri sob todos os aspectos.

**Figura 1:** Mapa do Cariri Cearense em amarelo os municípios a que se refere esse trabalho

**Fonte:** Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável adaptado pela autora Jaciane Rodrigues Pássaro.



## ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

O trabalho se desenvolveu a partir da coleta de dados primários e secundários sobre as escolas nos assentamentos do Cariri, locus desta pesquisa. Como também elaboração e aplicação de questionário para aprofundamento de questões específicas que serviram de auxílio na discussão dos resultados.

Na definição da amostra tomamos como ponto de partida a informação de BRASIL (2010) que diz que há 37 assentamentos distribuídos em 15 municípios na região do Cariri. A partir desse número, optamos por investigar 53% desse universo, o que corresponde a 8 municípios, que foram selecionados por sorteio: Antonina do Norte, Barbalha, Campos Sales, Cariri, Crato, Missão Velha, Salitre e Várzea Alegre.

A coleta de dados foi realizada em 28 assentamentos, o que corresponde a 100% dos assentamentos situados nos 8 municípios sorteados e em 66 escolas da rede básica de ensino

que atendem a esses assentados. Realizamos conversas informais com os assentados e entrevista semiestruturada<sup>6</sup> com gestores das escolas, a partir de 51 indagações que nortearam esses momentos.

Os dados coletados foram tabulados ou organizados em relatos, respeitando a estrutura da coleta. Todos esses resultados foram confrontados com as leituras, que fundamentaram teoricamente este trabalho, gerando análises e reflexões que descrevem as escolas dos assentamentos do Cariri Cearense.

## **ASSENTAMENTOS RURAIS: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA**

Oficialmente o Brasil determinou na Instrução normativa nº 15, de 30 de março de 2004 uma definição (ainda que vaga) sobre Assentamento Rural. A redação é uma proposta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA . Nesse documento temos o projeto de assentamento como:

[...] um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares. (Brasil, 2004)

A definição resgata a ideia de função social da terra como fundamento. Essa compreensão beneficiária (se realmente executada) os projetos de Reforma Agrária com base nos instrumentos de desapropriação de imóveis rurais que não cumprem a sua função social. Contudo, esse formato tem progressivamente ficado mais escasso nos últimos 15 anos. Esse enfraquecimento da real reforma agrária reforçou a proposta neoliberal da “reforma agrária de mercado”.

---

<sup>6</sup> A entrevista semiestruturada aproxima-se mais de uma conversação (diálogo), focada em determinados assuntos, do que de uma entrevista formal. Baseia-se num guião de entrevista adaptável e não rígido ou pré-determinado.

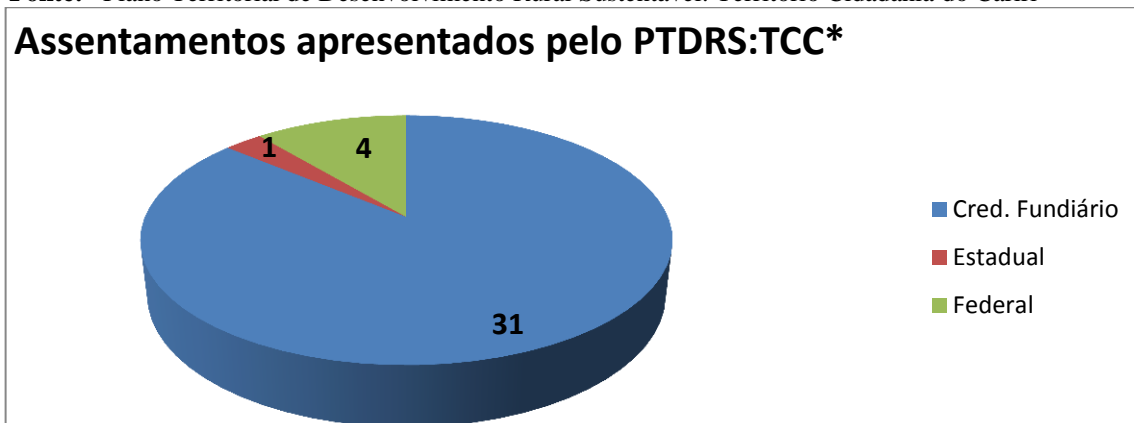
Os programas conhecidos, como Reforma Agrária Solidária, que têm suas bases estabelecidas a partir da compra e venda de terras, ganhou significativo espaço no Brasil a partir de 1996. A Primeira experiência consolidada foi no Ceará, com a implantação projeto São José em 1997, iniciou-se as atividades do programa Cédula da Terra, depois surgiram outros programas semelhantes: Programa Banco da Terra (1998) e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (2002). (VASCONCELOS e SILVA, 2009).

## OS ASSENTAMENTOS DO CARIRI

O estado do Ceará, segundo BRASIL (2010), tem 343 assentamentos com 19.138 famílias e no Cariri existem 37 assentamentos com 856 famílias assentadas, o que corresponde a 10,78% dos assentamentos do estado abrigando apenas 4,47% do total de famílias assentadas do estado.

**Figura 2:** Gráfico dos assentamentos da região do Cariri

**Fonte:** \*Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania do Cariri



A disparidade entre a proporção de assentamentos e famílias atendidas, está ligada ao fato de 22 assentamentos, o que equivale a 78% do total apresentado, são pequenas extensões de terras que abrigam em média 12 famílias cada e cuja posse da terra foi conquistada através das ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF<sup>7</sup>. Nesse formato de assentamento os aglomerados são menores e as extensões territoriais são reduzidas. Existem

<sup>7</sup> **O Programa Nacional de Crédito Fundiário** tem sua estrutura pautada na compra e venda de imóveis. A proposta é fornecer financiamento aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, para comprar de imóveis rurais. Além da terra, o programa prevê a construção das instalações básicas e investimentos produtivos' Edição Especial N. 10 Ano V (2016)

ainda cinco exceções a esse formato de assentamento no Cariri, 4 Assentamentos Federais<sup>8</sup> e 1 Assentamento estadual<sup>9</sup>.

A pesquisa de campo trouxe elementos que possibilitou a atualização dos dados bibliográficos. O número previsto era de 21 assentamentos nos 8 municípios sorteados, entretanto, foram identificados 28 assentamentos e dentro destes 35 comunidades. Faz-se necessário atualizar as informações sobre os assentamentos dos demais municípios do Cariri.

**Tabela1:** Atualização do número de assentamentos

**Fonte:** Diário de campo das autoras

Municípios	Número de assentamentos previstos	Número de assentamentos visitados
Antonina do Norte	1	2
Barbalha	2	3
Campos Sales	3	4
Caririaçu	3	6
Crato	6	6
Missão Velha	1	2
Salitre	4	5
Várzea Alegre	1	1
TOTAL	21	29

A indicação de 35 comunidades em 28 assentamentos pesquisados parte do entendimento que as 8 agrovilas do ACOCCI apresentam diversidade significativa em relação oferta de saúde, cooperativas, plantio, sistemas de criação, educação, etc. Esse fato nos fez considerar cada agrovila como uma comunidade<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> **Os assentamentos federais** São fruto da luta e organização camponesa. Geralmente depois de um processo ocupação da terra os assentamentos são homologados pelo INCRA. Onde originalmente existia um imóvel rural pertencente a um único proprietário, passa a existir uma propriedade coletiva onde famílias, recebem os lotes de terra e comprometem-se a morar e a explorá-la para seu sustento, utilizando a mão de obra familiar.

<sup>9</sup> **Os assentamentos estaduais** são semelhante aos federais no que diz respeito a luta e organização popular, contudo a normatização da posse da terra se dá a partir da ação do Governo Estadual que compra ou sede a terra que lhe pertence. Essa terra é homologada como assentamento através de uma portaria que faz a doação efetiva para um coletivo de trabalhadores rurais.

<sup>10</sup> **Comunidade** é um grupo de pessoas que habitam uma determinada área e estão irmanados por uma mesma herança histórica e sociocultural.

**Tabela 2:** Assentamentos visitados, especificando o tipo de aquisição da terra**Fonte:** Diário de Campo das Autoras.

CIDADE	COMUNIDADE VISITADA	TIPO DE ASSENTAMENTO	
Antonina do Norte	Assentamento São João	Federal – posse por ocupação	
	Assentamento São Paulo	Federal– posse por ocupação	
Barbalha	Assentamento Boa Vista	Créd. Fundiário– posse por compra	
	Assentamento Estrela	Créd. Fundiário– posse por compra	
	Assentamento Malhada	Créd. Fundiário– posse por compra	
Caririaçu	Assentamento Serra Verde	Federal– posse por ocupação	
	Assentamento Cruz	Federal– posse por ocupação	
	Assentamento Lagoa São Bento	Federal– posse por ocupação	
	Assentamento Cachoeirinha	Créd. Fundiário – posse por compra	
	Assentamento Viturinos	Créd. Fundiário– posse por compra	
	Assentamento Barra do Lage	Créd. Fundiário– posse por compra	
Campos Sales	Assentamento ACOCCI	Agrovila Lagoa do Miguel	Federal– posse por ocupação
		Agrovila Arizona	
		Agrovila São José	
		Agrovila Santa Maria	
		Agrovila Acocci SEDE	
		Agrovila Pau Verde	
		Agrovila Recanto da União	
	Agrovila Caboclo		
	Assentamento Itaguá	Créd. Fundiário– posse por compra	
	Assentamento Unidos de Carmelopolis	Créd. Fundiário– posse por compra	
Crato	Assentamento 10 de abril	Estadual– posse por ocupação	
	Assentamento Padre Frederico	Créd. Fundiário– posse por compra	
	Assentamento Alegre Fruta	Créd. Fundiário– posse por compra	
	Assentamento Bom Sucesso	Créd. Fundiário– posse por compra	
	Assentamento Jenipapo	Créd. Fundiário– posse por compra	
	Assentamento Malhada	Créd. Fundiário– posse por compra	
Missão Velha	Assentamento Salobra	Créd. Fundiário– posse por compra	
	Assentamento Duas Passagens	Créd. Fundiário– posse por compra	
Salitre	Assentamento Baixzinho	Créd. Fundiário– posse por compra	
	Assentamento Baixio do mocó	Créd. Fundiário– posse por compra	
	Assentamento Povo do Salitre	Créd. Fundiário– posse por compra	
	Assentamento Santa Luzia	Créd. Fundiário– posse por compra	
	Assentamento Pedrosa	Créd. Fundiário– posse por compra	
Várzea Alegre	Assentamento Olho D'água	Federal – posse por ocupação	

## A EDUCAÇÃO COMO DIREITO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

O conceito de educação é amplo e de significados distintos para cada sociedade. Até mesmo dentro de uma mesma sociedade o conceito tende a se transformar de acordo com os grupos sociais e ao longo do tempo. No dicionário Aurélio, o verbete educação está descrito como: “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social” (FERREIRA, 2012). Esse conceito é o mais praticado nas instituições de ensino atualmente, pois concebe que o processo social onde cada sujeito atua na comunidade é pautado pelas condições individuais de cada sujeito levando em consideração o plano físico e intelectual. Propondo indiretamente que os sujeitos devem adequar-se ao mercado e demais imposições.

A educação encarada como um direito nosso e um dever do estado é relativamente recente. Até a Constituinte de 1988, o poder público não tinha a responsabilidade formal de garantir educação a todos os brasileiros. Atualmente a educação faz parte do que chamamos de direitos sociais do cidadão e está citada na Constituição Federal, no artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL 1988)

A Educação do Campo como proposta de outra forma de educar as populações do campo,<sup>11</sup> pautada no final do século passado, nasceu da organização. Até então o formato de educação negava o acesso à educação ou investia na profissionalização do camponês a serviço da dinâmica do capital. A Educação do Campo tem sido vivenciada em muitas experiências de ações afirmativas<sup>12</sup> inovadoras de diversos níveis. Apresentando-se como uma possibilidade dos camponeses de todas as idades criarem e recriarem condições de existência

---

<sup>11</sup> **populações do campo:** os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010 a)

<sup>12</sup> **Ações afirmativas** são um conjunto de políticas públicas, concebidas com vistas ao combate à discriminação e à desigualdade de grupos específicos da sociedade, que têm por objetivo a inserção destes grupos nos espaços sociais, através do acesso a direitos como a educação. (FERNANDES et al, 2008).



e permanência no campo. Destacamos nesse universo as ações do PRONERA<sup>13</sup> que desencadearam tantas outras iniciativas.

Compreendemos a educação do Campo simultaneamente como conceito em movimento, unidade político-epistemológica, conteúdo histórico e forma de luta social. Podemos considerá-la um fenômeno da realidade atual brasileira, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que se iniciou com o plano de lutar por escolas no meio rural e terminou por se concretizar espaço luta/disputa social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (CALDART, 2012).

A Educação do Campo não é para, nem apenas com, mas sim dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido. No plano da práxis pedagógica, visando à formação integral do sujeito como cidadão, respeitando a formação para o trabalho no âmbito geral, no intuito de superar a lógica hegemônica de capacitação para o mercado de trabalho.

## A EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO CAMPO NO CARIRI

Há uma disparidade visível no que diz respeito ao número de escolas na zona rural e urbana. Tomemos como exemplo os dados relativos às escolas acompanhadas pela Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE – 18)<sup>14</sup>: Há 28 escolas de ensino médio e 114 de ensino fundamental localizadas em zona urbana. Em contraponto TEMOS nenhuma de nível médio E 68 escolas de ensino fundamental (cujas instalações são reduzidas e precárias, grifo nosso).

**Tabela 3:** Demonstrativo de Área/IDHM/ Nº de escolas/ População geral e alfabetizada das cidades

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CIDADE	ANTUNINA	BARBALHA	CARIRIAÇU	CAMPOS SALES	CRATO	MISSÃO VELHA	SALITRE	VARSEA ALEGRE
Área em km <sup>2</sup>	260,104	569,508	623,564	1.082,77	1.176,47	645,703	804,356	835,709
ESCOLAS	126	774	270	425	2.450	324	165	535
População	6.984	55.323	26.393	26.506	121.428	34.274	15.453	38.434

<sup>13</sup> **O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera** foi criado para ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Disponível em: [www.incra.gov.br/proneraeducacao](http://www.incra.gov.br/proneraeducacao) (acesso 24/01/2014)

<sup>14</sup> Disponível em < <http://www.crede18.seduc.ce.gov.br/index.php/institucional/historico> > (acesso em 23/01/2015)

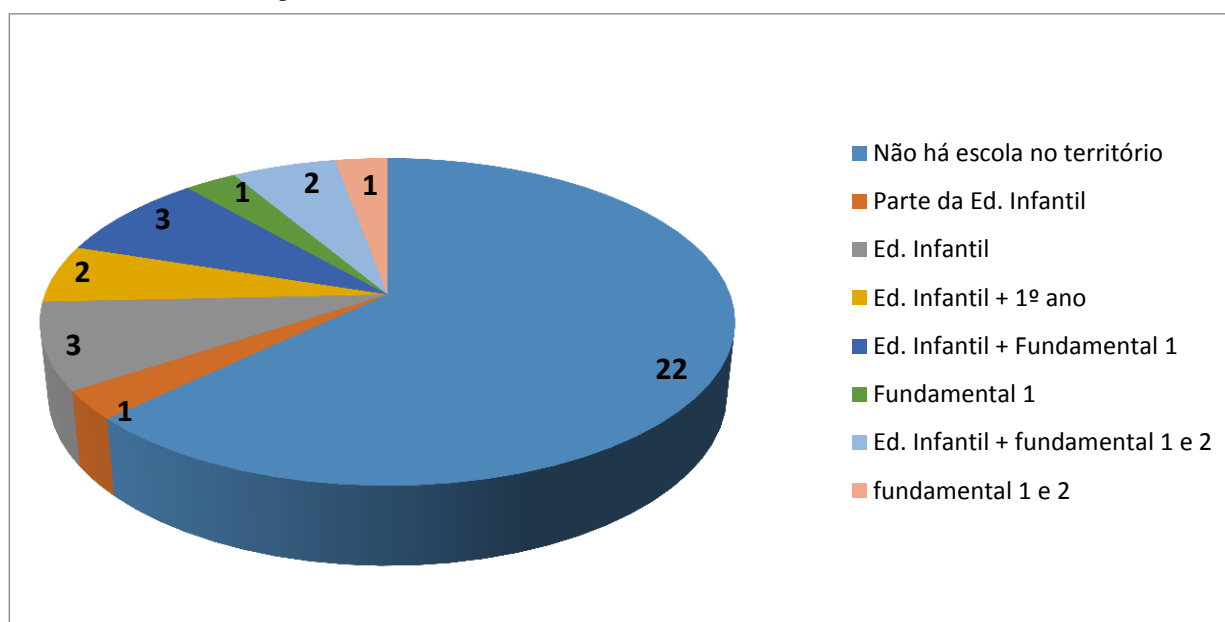
População alfabetizada	4.482	41.276	16.969	17.799	95.259	22.834	8.806	26.187
------------------------	-------	--------	--------	--------	--------	--------	-------	--------

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE os municípios que fazem parte desta pesquisa compreendem um território de 5.998,18 Km<sup>2</sup> considerando toda a população dos 8 municípios são 324.795 pessoas, das quais 233.612 são alfabetizadas. Temos 5.069 escolas nesse território (públicas e particulares de todos os níveis) para receber a população. Se considerarmos o total de escolas que atendem os 8 municípios e confortarmos com as 66 escolas que atendem os assentados da mesma região perceberemos que os assentados estão presentes em apenas 1,3% das escolas.

### AS ESCOLAS DENTRO DOS ASSENTAMENTOS NO CARIRI:

Das trinta e cinco comunidades assentadas que compõem os vinte e oito assentamentos do Cariri, vinte e duas não possuem prédios escolares em seu território. A realidade nas comunidades assentadas que possuem prédios escolares também apresenta muitas restrições: nenhuma delas tem o nível médio e só duas comunidades possuem educação infantil e fundamental I e II na mesma escola. As outras apresentam fragmentação maior: uma tem o fundamental I e II; outra tem somente o fundamental I; três estão com educação infantil e fundamental I, duas com educação infantil e 1º ano do fundamental I, três com a educação infantil e outra que tem apenas parte da educação infantil. (Ver Figura 4).

**Figura 4:** Gráfico apresentando as possibilidades de educação nos assentamentos  
**Fonte:** Diário de Campo das Autoras

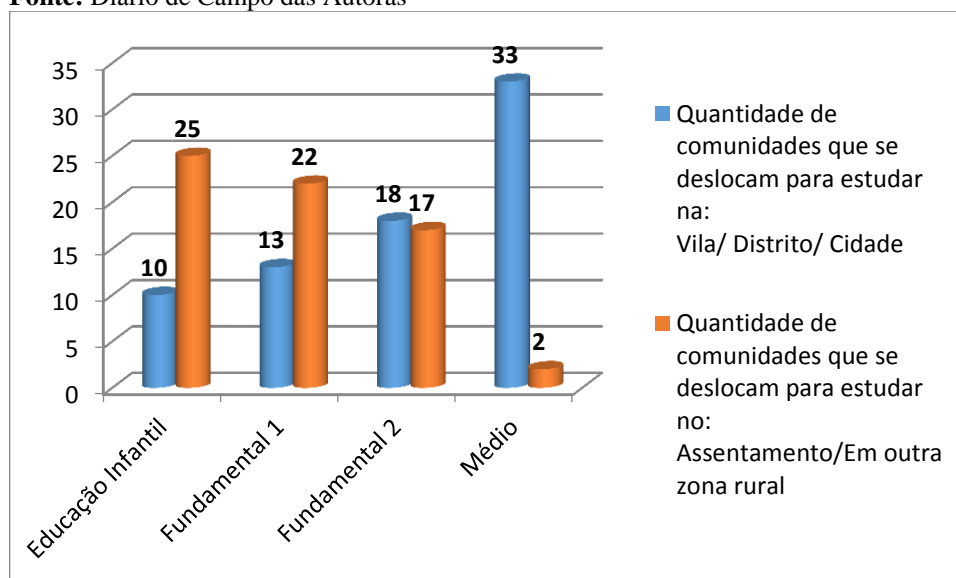


## A EDUCAÇÃO BÁSICA “OFERTADA” AOS ASSENTADOS DO CARIRI

A maior parte dos municípios usa o sistema unificado de matrícula, que tira completamente a autonomia da família de escolher a escola onde querem que seus filhos estudem a partir dos critérios estabelecidos pela secretaria de educação.

O atual sistema de distribuição de oferta educacional para os povos do campo em geral, força uma migração para as áreas urbanas e/ou em processo de urbanização e marginaliza os assentados de forma muito contundente. Sobretudo no que tange a oferta de escolas de nível fundamental II e médio. Encontramos poucas exceções onde o fundamental II é ofertado em área rural, nesses casos a maior parte trata-se de comunidades, que estão em crescente processo de urbanização, apenas 3 comunidades assentadas têm escola que ofertam o fundamental II dentro do assentamento. Em relação ao nível médio não há escolas que ofertam esse nível de ensino dentro do assentamento. Para não dizer que a oferta de nível médio é 100% urbana há em duas comunidades rurais (relativamente próximas aos assentamentos) onde escolas municipais sedem sua estrutura física para o funcionamento de anexos das escolas urbanas de nível médio que funcionam de forma precária em todos os sentidos. (ver figura 5).

**Figura 5:** Gráfico que apresenta as localidades onde os assentados estudam  
**Fonte:** Diário de Campo das Autoras



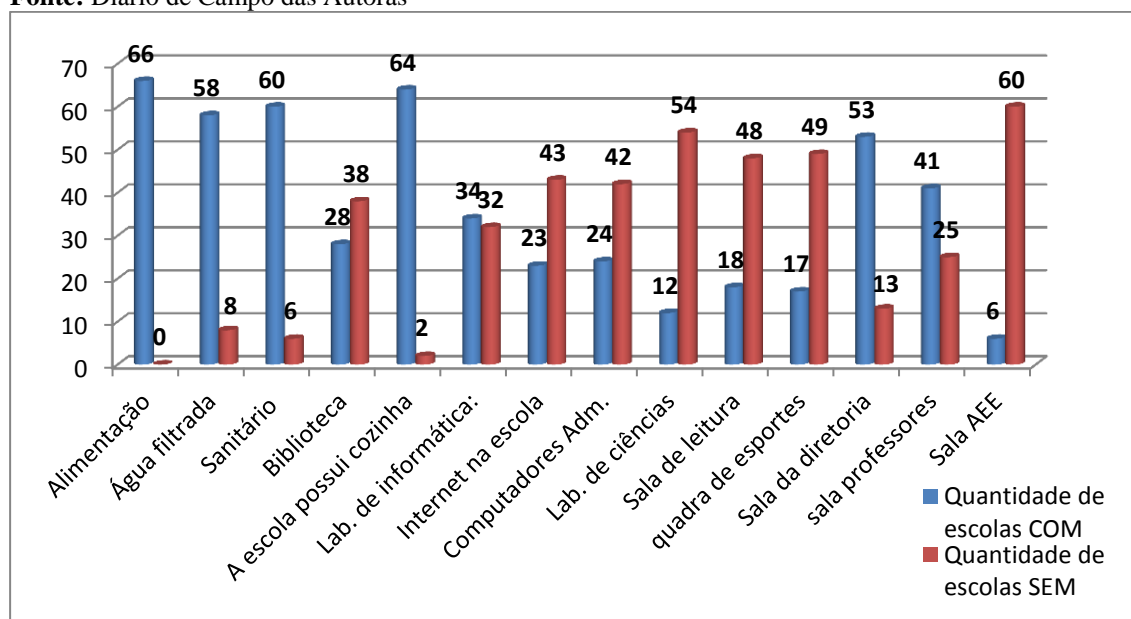
Entre as 35 comunidades pesquisadas, foram mapeados os movimentos realizados pelos educandos, durante o ano de 2014, para frequentar a escola básica regular. Estratificamos de acordo com o nível escolar, agrupando-os em 2 grandes blocos. Mas não podemos perder de vista que dentro dos blocos há uma grande variedade de possibilidades vivenciadas pelos estudantes. As distâncias percorridas de casa/trabalho até a escola são relativas de comunidade pra comunidade. Identificamos estudantes que viajam por até 40 km pra chegar à escola e há os que estudam na escola vizinho a sua casa.

## ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS RURAIS E URBANAS QUE ATENDEM OS ASSENTADOS DO CARIRI

Ao apresentamos a estrutura física das escolas que atendem os assentados do Cariri, publicitamos uma situação de grave precariedade, sobretudo a respeito das escolas que estão dentro dos assentamentos e regiões rurais circunvizinhas, em situação menos ruim estão as escolas das vilas/distritos e, seguindo a lógica urbanizadora já mencionada, em melhor situação estão as escolas da cidade ainda que em condições não ideais. A pesquisa investigou os elementos estruturais básicos ao funcionamento de uma unidade escolar e diagnosticou quadros muito, deficitários, há ausências tão essenciais que superam as possibilidades de pensar melhores equipamentos. (ver figura7).

**Figura7:** Gráfico da estrutura física básica das escolas que atendem os assentados.

**Fonte:** Diário de Campo das Autoras



As unidades escolares mais pauperizadas são as escolas de assentamento e, de forma crescente, as estruturas vão melhorando de acordo com a urbanização dos espaços de modo que as escolas dos distritos estão em melhores condições que as das vilas e demais sítios. Faz-se necessário aprofundar essa investigação, com perguntas mais detalhadas, para conseguir desenhar com mais detalhes o mapa dessa situação posta. De forma geral podemos observar (Ver tabela 5) o diagnóstico estrutural básico das escolas rurais e urbanas que atendem os assentados. Essa amostra já anuncia que o quadro educacional da área rural, principalmente nos territórios dos assentamentos é problemático.

**Tabela 5:** Estrutura física das escolas que atendem aos assentados do Cariri

**Fonte:** Diário de Campo das autoras

QUESTÕES SOBRE A ESTRUTURA	SIM		NÃO	
	Quantid. de escolas	%	Quantid. de escolas	%
Alimentação é fornecida aos alunos?	66	100.0%	0	0.0%
A escola possui água filtrada?	58	87.8%	8	12.2%
Existe sanitário dentro do prédio da escola?	60	90.0%	6	10.0%
A escola possui biblioteca?	28	42.4	38	57.6%
A escola possui cozinha?	64	97.0%	2	3.0%
A escola possui lab. de informática	34	51.6	32	48.4%
A escola possui lab. de informática com internet	23	51.6	43	49.4%
Computadores para uso administrativo:	24	36.4	42	63.6%
A escola possui laboratório de ciências?	12	18.1	54	81.9%
A escola possui sala de leitura?	18	27.2	48	72.8%
A escola possui quadra de esportes?	17	25.7	49	74.3%
A escola possui sala para a diretoria?	53	81.4%	13	19.6%
A escola possui sala para os professores?	41	62.2	25	37.8%
A escola possui sala de atendimento especial?	6	10.0%	60	90,0%

Os melhores indicadores apresentam ainda dados preocupantes quando observamos que itens de necessidade básica estão ausentes. E mesmo os indicadores medianos embora

contabilizados não atendem as expectativas mínimas e até insalubridade. Bibliotecas que são espaço para guardar, salas de leitura usadas para vários fins, laboratórios com “kits” básicos que raramente são usados por falta de profissionais habilitados e de espaço adequado.

## **RAIO-X DA ESTRUTURA DAS ESCOLAS PESQUISADAS**

O universo de assentamentos visitados reflete que a “reforma agrária de mercado” está presente de forma muito forte em nosso território: mais de 71% dos assentamentos visitados tiveram o acesso à posse da terra mediado por instituições envolvidas nos programas de financiamento, enquanto pouco menos de 29% passaram por um processo de organização social e luta pela terra.

Os números também nos dizem que os 20 assentamentos ligados aos programas de crédito fundiário (reforma agrária de mercado), são os mais prejudicados pelo descaso do poder público. Só 15 % desses assentamentos possuem escola dentro do seu território e isto se deve ao fato de a maior parte dessas escolas já estar lá desde o tempo anterior ao assentamento.

A pesquisa apontou que as escolas que atendem os assentados do Cariri podem ser caracterizadas como escolas que praticam educação rural. A ambientação física e pedagógica dessas unidades escolares, situadas em área urbana e/ou rural, que atendem à população assentada, em relação à educação básica regular, não atende às expectativas mínimas do que deveria ser uma escola do campo.

Considerando a existência e funcionamento de escolas em condições precárias, como foi diagnosticado, constata-se que o poder público tem sido omissivo à tarefa de oferta de educação pública e de qualidade a todos os sujeitos. E que há uma discriminação pontualmente agravada em relação às escolas que estão situadas dentro dos assentamentos.

Todos esses desafios diagnosticados nos levam a pensar sobre uma perspectiva já largamente conhecida: a necessidade do fortalecimento das organizações populares, o realinhamento dos movimentos sociais a fim de investir na luta pelos direitos que nos estão sendo negados. Mas essa mobilização social passa pela libertação dos sujeitos rumo a sua autonomia e protagonismo social.

Nesse sentido apontamos como perspectivas positivas as iniciativas educacionais em nível superior em curso no Cariri: a Licenciatura em Educação do Campo da URCA e a

Edição Especial N. 10 Ano V (2016)

Especialização em Arte cultura e Educação do Campo – UFCA, que estão investindo na formação dos homens e mulheres de campo. Bem como nos recentes movimentos sociais ligados ao MST, RESAB e FETRAECE e outros, que nos últimos anos tem investido nesse campo.

O momento é de movimento de realimento de fronteira de luta, e é papel de todos nós que estamos envolvidos com a Educação do Campo na Região do Cariri, sobretudo os sujeitos envolvidos nos cursos de nível superior, contribuir para uma efetiva mudança.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA ). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). *Instrução normativa Incra nº 15, de 30 de março de 2004*. Diário Oficial da União, n. 65, seção 1, p. 148, 5 abr. 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: TERRITÓRIO CIDADANIA DO CARIRI*. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.

BRASIL. DECRETO nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 a. *Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)

CALDART R.S. et al. *DICIONARIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular. 3ª edição, 2012.

FERNANDES B. M. et al organizado por SANTOS C. A. *Por uma educação do Campo – Caderno: Campo – Políticas Públicas – Educação*. Brasília: Incra/MDA, 2008.

FERREIRA A. B. H. *Mini Aurélio - o Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Positivo, 2012.

VASCONCELOS F.M. T. e SILVA C. N. M. “REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO” E TERRITORIALIZAÇÃO: UM ESTUDO A PARTIR DO PROGRAMA CÉDULA DA TERRA EM CANINDÉ – CE. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009.